O Caso do Português e das Línguas Indígenas de Moçambique (Subsídios para uma política linguística)

Gregório Firmino



1. Introdução: a 'questão linguística' na África pós—colonial

lguns observadores da situação linguística de muitos países africanos têm postulado que em África existe um problema linguístico, motivado pelo contínuo uso e/ou oficialização das línguas ex-coloniais ao mesmo tempo que as línguas africanas são relegadas para um papel secundário, menos influente, no âmbito da comunicação intra-étnica para além de ainda não se terem definido, nestes países, políticas linguísticas que respondam adequadamente ao tipo de diversidade linguística que os caracteriza. Num breve resumo dos tipos de políticas linguísticas prevalecentes na África sub-Sahariana, Heine (1990) confirma que virtualmente todos os estados afiicanos são exoglóssicos, isto

é, declararam como sua língua oficial ou "principal meio de comunicação à escala nacional" (p. 168)(¹), o que considera ser uma 'língua estrangeira', que pode ser inglês, francês, português ou espanhol(²).

Para alguns, esta situação é problemática. Por exemplo, Mazrui & Tidy (1984) argumentam que as línguas ex-coloniais, reforçam (1) o estado de dependência

⁽¹⁾ No original está: "primary media of communication on the national level". Note-se que todas as traduções que aparecerem neste texto são da responsabilidade do autor.

⁽²⁾ Os poucos casos de países africanos em que uma ou mais línguas indígenas têm um papel de relevo a escala nacional incluem, ainda de acordo com Heine (1990), Tanzânia (Swahili), Somália (Somali), Sudão (Árabe), Etiópia (Aramaico), Guine, até 1984 (Fulani, Manding, Susu, Kisi. Kpelle, Loma, Basari, Koniagi), todos eles seguindo uma política endoglóssica activa, e Botswana (Setswana), Burundi (Kirundi), Lesotho (Sesotho) que seguem uma política linguística endoglóssica não-activa (cf. p. 168–71). Entre parêntesis indicamos os nomes das línguas indígenas nas quais a politica endoglóssica se baseia.

^{*} Universidade Eduardo Mondale/Faculdade de Letras - Dep. de Letras Modernas

mental e cultural em relação ao ex-colonizador, e, por extensão, ao Ocidente, (2) a falta de prontidão para se quebrar os laços de dependência com o Ocidente, e (3) a urgência compulsiva de se imitar e emular o ocidente, factos que, em última instância, afectam a vontade política de se encetar uma real transformação económica em África (cf. p. 298). Se bem que estejam na disposição de aceitar que as línguas ex-coloniais têm um papel a desempenhar no desenvolvimento de África, Mazrui & Tidy (1984) não deixam de argumentar que as línguas ex-coloniais não podem propiciar o que designam por 'integração nacional', que, na sua óptica, só pode ser conseguida com o recurso às línguas africanas. Ideias semelhantes transparecem em Ngugi wa Thiong'o (1987) [1981]). Ao justificar o seu adeus ao inglês como veículo de qualquer dos seus escritos literários (cf. p. xi), Ngugi wa Thiong'o (1987 [1981]) insurge—se fortemente contra as línguas ex-coloniais com o argumento de que elas (1) foram usadas pelos colonialistas para dominar o universo mental do colonizado de forma a aliená-lo do seu ambiente imediato (cf. p. 16-7), e (2) reflectem a experiência de um outro lugar e, consequentemente, não se podem associar convenientemente às comunidades africanas.

Em todo o caso, há opiniões contrárias que argumentam pela impossibilidade do recurso às línguas africanas para funções nacionais mais significativas, similares às que tradicionalmente se associam às línguas ex-coloniais. Duas razões básicas têm sido invocadas, como justificação: a suposição de que as línguas africanas não estão adequadamente equipadas para responder ao que delas se esperaria como línguas oficiais, e (2) o efeito divisionista que as línguas africanas trariam às nações africanas, devido aos sentimentos étnicos primordiais que elas podem despertar. Por exemplo, Milton Obote, quando era presidente do Uganda, defendeu não ter outra

alternativa senão o uso do inglês no Uganda como língua oficial e nacional, porque, *inter alia*, (1) o ensino e adopção de uma língua africana poderia causar distúrbios e instabilidade sociais, (2) nenhuma língua local é falada por todos os cidadãos, incluindo, portanto, os próprios funcionários governamentais o que dificultaria a administração do país, e (3) o recurso a uma língua ugandesa conduziria ao isolamento (cf. Obote 1967: 4–5). Contudo, Obote também reconheceu algumas desvantagens inerentes a esta política, como sejam:

- 1) o facto de o inglês ser a língua dos antigos colonizadores e de um grupo de privilegiados ugandeses;
- 2) a dificuldade de estender o seu conhecimento a todos os ugandeses;
- 3) a ironia de ter que "pensar numa língua estrangeira para se dirigir a afiicanos sobre questões afectando africanos" (Obote 1967: 6)(3)

Ideias similares às que foram mencionadas nos parágrafos anteriores informam também a discussão sobre política linguística em Moçambique. Tomando em consideração este facto, nos parágrafos seguintes referir—nos—emos a algumas questões relacionadas com a situação linguística de Moçambique, isto é, a aspectos com relevância para a definição de uma política linguística para este país. Para o efeito, dividiremos o nosso artigo em três partes, a saber:

- 1) (alguns elementos sobre) Situação linguística de Moçambique;
- 2) o papel do português e das línguas indígenas em Moçambique;
- 3) (perspectivas para uma possível) Política linguística para Moçambique.

2. O caso de moçambique

2.1. Alguns elementos sobre a situação linguística

2. 1. 1. O caso das línguas indígenas

No que diz respeito à diversidade linguística de Moçambique, o Atlas Geográfico publicado pelo Ministério da Educação, indica que em Moçambique existem 16 unidades linguísticas, nomeadamente Makua, Lomwe, Marende, Mwani, Yao, Makonde, Nyanja, Chuabo, Sena, Nytmgwe, Shona, Changana, Tswa, Ronga, Chope e Bitonga(4). Por outro lado, o relatório final do Primeiro Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas, embora tome em consideração a mesma fonte que o Atlas Geográfico, isto é, o censo de 1980, organiza os dados de uma forma ligeiramente diferente. Assim, por exemplo, no relatório, o Shona é subdividido em três subgrupos, Cimanyika, Cindau and Citewe (p. 20). Similarmente, Xichangana, Xironga, e Xitshwa compõem um grupo mais largo, designado por Xitsonga (cf. p. 103–126). Aparecem novas designações como Ciblake (p. 40), Ekoti (p. 8) e Cisenga (p. 8).

Se se acreditar nos dados extraídos do recenseamento de 1980, as línguas indígenas de Moçambique (doravante LM) são faladas virtualmente por todos os moçambicanos. Tal é a conclusão a que se pode

chegar se se considerar que 98.8% dos moçambicanus conhecem, pelo menos uma LM e que somente 1.2% dos moçambicanos têm no português a sua língua materna, sem isto significar que estes não possam conhecer uma LM. Estes dados mostram também que 75.6% dos moçambicanos fala exclusivamente, pelo menos, uma das LM enquanto que 23.2% conhece pelo menos, uma LM, como língua materna, e português. Em todo o caso, não nos parece que estes dados numéricos devam ser considerados como um dado adquirido, pois ainda não oferecem um quadro bastante fiel da situação linguística de Moçambique. Por exemplo, embora se aponte que 98.8% dos moçambicanos conhece uma LM, nada se pode inferir sobre o tipo de competência linguística que está em causa. Seguramente, um olhar mais cuidadoso sobre o modo como estas línguas são usadas revelaria diferentes tipos e níveis de competência comunicativa assim como percepções e atitudes distintas e/ou contraditórias em sua relação(5). Por outro lado, devido às diferentes percepções/atitudes sociais referentes a origem étnica ou usos linguísticos, as pessoas poderão reportar informações enganadoras. Há, portanto, um conjunto de complexidades relacionadas com o uso das LM que não foram devidamente consideradas no recenseamento de 1980 e que também ainda não foram devidamente consideradas na literatura ou investigação sobre a matéria.

⁽⁴⁾ Mantemos os nomes das línguas tal como estão escritos no Atlas Geográfico, apesar dos problemas que tal ortografia levanta. Assim, por exemplo:

¹⁾ algumas das trancrições ortográficas não são mutuamente consistentes. Para nós, não é claro por que se usa u em vez de w ou vice—versa em palavras como Makua, Lomwe, Chuabo, Mwani, Nyungwe ou Tswa;

²⁾ algumas das transcrições ortográficas não incluem o prefixo indicativo de uma língua banta, que daria nomes como Ciyao (em vez de Yao) Xitswa (em vez de Tswa), ou Cicopi (em vez de Chope);

³⁾ a palavra Bitonga corresponde, de facto, a uma má pronúncia de Gitonga (a primeira consoante g é uma fricativa velar palatalizada e não uma oclusiva bilabial sonora como o b faz pressupor).

⁽⁵⁾ Vários casos poderão ilustrar este ponto. Por exemplo os Vacopi e os Vatonga (falantes de Gitonga) se sentem em alguns contextos como grupos com grandes afinidades ao mesmo tempo que em outras situações se interessam por manter a sua individualidade. Por outro lado, indivíduos de outros gupos poderão considerá—los como fazendo parte do mesmo gupo, mormente porque provêm da mesma província, Inhambane. No Primeiro Seminário sobre a Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas, notou—se que os representantes de Lomwes e Makhuwas, que inicialmente tinham sido colocados num mesmo grupo pelos linguistas, tinham uma percepção muito forte da sua individualidade e exigiram que fossem tratados como tal pelos linguistas. O mesmo comentário pode ser feito em relação ao Xironga, Xichangana e Xithswa.

2. 1. 2. O caso do português

Como é sobejamente conhecido, o português chegou a Moçambique como uma língua colonial, tendo sido usado durante muito tempo como meio oficial de comunicação em domínios burocráticos e institucionais coloniais. De facto, acabou por ser a única língua com acesso a estes domínios de tal forma que, por exemplo, se tornou no único meio de ensino-nas escolas. Para mais, dado o facto de o português ter estado associado à política assimilacionista colonial, o seu conhecimento constituiu uma das marcas fundamentais do estatuto de assimilado assim como um factor condicionador da mobilidade social. Deste modo, ela acabou por ser uma língua de prestígio, cujo conhecimento era desejável e compensador.

Por conseguinte não pode ser surpreendente notar que, quando Moçambique se tornou independente, embora fosse falado por uma parcela reduzida de moçambicanos, o português era a única língua disseminada por todo o país — não sendo, por isso, nem regional nem etnicamente marcada — e conhecida pelas elites, especialmente os que tivessem passado pelo sistema educacional colonial. Se se acrescentar o facto de que quando se declarou a independência do país, em comparação com as línguas indígenas, o português levava vantagem em termos de estar preparada para servir como língua de Estado, é lógico que o novo governo não pudesse dele prescindir. Assim, as principais tendências da política colonial se mantiveram e o português continuou a ser a língua oficial e, ainda por cima, símbolo de unidade nacional. De facto, com a concessão do estatuto de símbolo de unidade nacional, o uso do português ficou reforçado não só ideologicamenete como também socialmente, ficando como a língua própria para domínios "high" (Ferguson 1972 [1959]; Fishman 1971) ou para vida diária das elites urbanizadas, domínios em que as línguas indígenas foram, no geral, excluídas.

Destes valores político–ideológicos e

sócio-económicos que se lhe associavam, resultou que o português, comparativamente às línguas indígenas, se tornou:

- a) a língua de prestígio;
- b) a língua que todos conheciam ou gostariam de conhecer;
- c) a língua para a educação formal nas escolas.

2. 2. Sobre o papel do português e das línguas indígenas

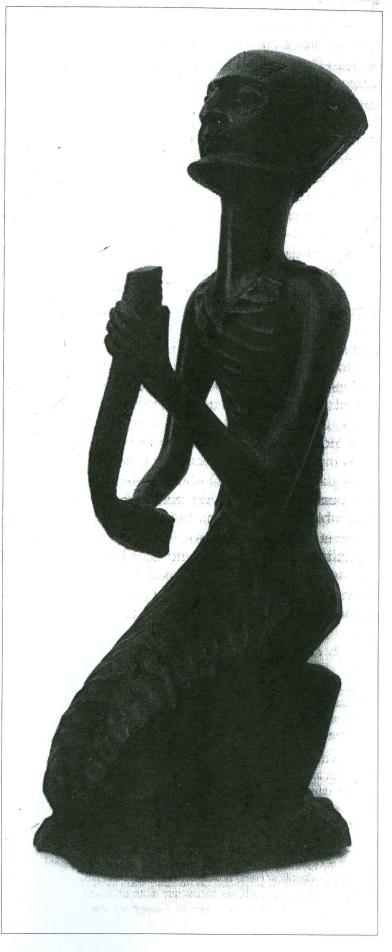
Apesar do conhecimento limitado que se tem da situação linguística em Moçambique, há já uma quantidade considerável de documentos e artigos que demonstram a atenção que algumas instituições e várias individualidades têm dedicado a questões relativas à política linguística para Moçambique. Tanto quanto podemos testemunhar, a primeira abordagem destas questões efectua-se no decurso do 1.º Seminário Nacional da Informação, realizado em 1975, cujas recomendações apoiaram a adopção do Português como língua oficial de Moçambique e símbolo da unidade nacional. Tal decisão não é surpreendente, dado que a FRELIMO, o partido no poder, tomara uma decisão similar quando ainda era uma frente, durante o levantamento anticolonial. O 1.º Seminário Nacional da Informação ocorreu numa altura em que a unidade nacional era uma questão premente, não sendo surpreendente, por isso, que as LM não tenham recebido mais atenção para além de algumas afirmações que destacavam a sua importância como repositórios da herança cultural moçambicana (cf. MEC 1979a; 1979b: 2). Assim, a racionalização ideológica da oficialização do português deve ser entendida fazendo-se referência ao contexto sócio-político dessa altura. Contudo, tem de se reconhecer o carácter expedito de tal decisão. De facto, é difícil conceber uma política linguística racional para Moçambique que pudesse prescindir do português, não só nessa altura como também agora, como se pode provar pelo facto de, *inter alia*, o português:

- 1) ser a língua conhecida por aqueles que assumiram posições de relevo nas instituições do Estado, servindo como marca de distinção e um dos factores que dá credibilidade e legitimidade para o acesso a estas posições;
- possuir uma história de uso em instituições oficiais e/ou públicas;
- 3) ter prestígio;
- 4) estar melhor preparada em termos de tratamento linguístico do que as LM.

O 1.º Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesas, realizado em 1979, marca um segundo momento em que se reforçaram as posições tomadas no 1.º Seminário Nacional da Informação. Assim, o 1.º Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa recomendou um alargamento do português, embora também tenha apontado que se deviam empreender estudos linguísticos que pudessem possibilitar que as LM sejam parte do processo do desenvolvimento científico e cultural do país (MEC 1979a: 2).

Porém, durante os anos 80, uma nova perspectiva que, sem pôr em causa a oficialização do português, defendia o que era visto como promoção das LM começou a emergir, como se pode notar em Firmino & Ngunga (1989), Katupla (1985), M.E.C. Gabinete do Secretário de Estado da Cultura (1983) ou Ministério da Cultura (1988). No essencial estes trabalhos defendem que se deve definir uma política linguística que, para além de reconhecer o português como língua oficial e símbolo de unidade nacional, promova o uso das LMs no pressuposto de que a reconstrução

nacional não pode ser bem sucedida sem o recurso a estas línguas.



2. 3. (Perspectivas para uma) Política linguística para Moçambique

Um dos vectores centrais da actual política linguística em Moçambique é a consideração de que o português é a língua de unidade nacional e também do Estado para funções oficiais, o que tem sido assumido como um dado adquirido, pelo menos durante os primeiros anos da independência. Não que tenhamos reservas sobre esta assunção, pois, tomando Anderson (1991 [1983]), é nossa convicção que o português, de facto satisfaz a condição de 'print-language [língua de imprensal' a partir da qual o país pode ser concebido, ajudando, deste modo, a construir a noção de uma "comunidade imaginária [imagined community.]" (p. 133), o que está por detrás do conceito de unidade nacional, que é importante no desenvolvimento de uma Nação-Estado. Como diria Anderson (1991 [1983]) "se Moçambique radical fala português, o significado disto é que o português é o meio através do qual Moçambique é imaginado (ao mesmo tempo que limita a sua extensão até antes da Tanzânia e Zâmbia). Visto sob esta perspectiva, o uso do português em Moçambique (ou inglês na Índia) não é na essência diferente do uso do inglês na Austrália ou do português no Brasil" (p. 134, tradução livre)(6). A nossa reserva deriva apenas do facto de que a adopção do português como língua oficial e também como língua da unidade nacional não ocorreu conjuntamente com medidas tendentes a minimizar algumas das implicações de tal decisão, mormente, as que resultam do facto de esta língua não ser falada por todos os moçambicanos e também do facto de muitos moçambicanos poderem servir—se unicamente das LM(7).

Na nossa perspectiva, a alteração deste estado de coisas passa por uma decisão ao nível do que na literatura se designa por "'status' language planning", a qual teria a ver com a concessão de um estatuto inequívoco de língua nacional não só à língua portuguesa como também às LM, se bem que aquela se fosse distinguir destas por ser o símbolo da unidade nacional e língua oficial principal em todo o território de Moçambique. A primeira motivação desta decisão é a necessidade de se garantir uma paridade em termos de estatuto entre as línguas faladas em Moçambique) isto é, entre o português e as LM. Por outro lado, esta decisão seria uma afirmação muito forte de que Moçambique, de facto, é uma "nação de nações" onde a noção de unidade não retira a possibilidade de se reconhecer a diversidade, ou seja, um país onde as pessoas podem manifestar lealdades subnacionais(8) sem que isso signifique necessariamente pôr em causa o seu carácter unitário. Como tem sido dito que qualquer política em Moçambique deve reforçar a unidade sem desrespeitar a diversidade cultural que

^{(6) &}quot;If radical Mozambique speaks Portuguese the significance of this is that Portuguese is the medium through which Mozambique is imagined (and at the same time limits is stretch into Tanzania and Zambia). Seen from this perspective the use of Portuguese in Mozambique (or of English in India) is basically no different than the use of English in Australia or Portuguese in Brazil."

⁽⁷⁾ Como diria Anderson (1991[1983]) "The only question-mark standing over languages like Portuguese in Mozambique and English in India is whether the administrative and educational systems, particularly the latter, can generate politically sufficient difusion of bilingualism. [O único ponto de interrogação que se levanta com línguas como o português em Moçambique ou inglês na Índia é se os sistemas administrativos ou educacionais, particularmente o último, podem gerar uma difusão de bilinguismo politicamente suficiente]". (p. 134, tradução livre).

⁽⁸⁾ Ao referirmo—nos às lealdades subnacionais, tal como sentimentos étnicos ou regionais queremos destacar que as concebemos como construções sociais moldadas por uma variedade de condições sociais. Assim, por exemplo, pessoas se poderão identificar como nortenhas, beirenses ou Senas, sendo que o siginificado exacto de cada uma destas identificações dependerá das condições sociais que motivam a activação de cada uma delas, o mesmo se passando com a forma de a tal lealdade se manisfestar, podendo a língua ser uma delas. Por outras palavras, lealdades subnacionais não dependem de traços primordiais e o seu significado ou configuração são dinâmicos.

caracteriza o país(9), se se considerasse que as LM são línguas nacionais, tal princípio seria mantido.

Ao português, para além do estatuto de língua oficial, deve-se-lhe conceder o estatuto de língua nacional. O reconhecimento do português como língua oficial é uma consequência natural da própria história do seu uso em Moçambique. Podem ser considerados como principais aspectos desta história o facto de (1) o português ter sido introduzido pelos portugueses como meio de comunicação em sectores institucionais e burocráticos coloniais tendo, consequentemente, passado para as elites, principalmente os que passaram pela educação formal colonial, os quais se tornaram influentes depois da independência, (2) a FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, ter adoptado o português como língua "oficial" do movimento, e (3) o português ter sido usado nos últimos 18 anos como língua oficial e símbolo de unidade nacional.

Tanto quanto podemos testemunhar, o estatuto do português como língua oficial ou mesmo como símbolo de unidade nacional ainda não foi posto em causa, apesar de já se ter notado que o recurso ao português, em exclusão das outras línguas, pelo menos em alguns domínios institucionais, como, por exemplo, na educação primária, poderá ser uma grande barreira linguística (Machungo & Ngunga 1991; Matsinhe 1992). A nossa intuição, com base em observações feitas em Maputo, aponta para a conclusão de que o português já está sendo socialmente entendido e usado como a 'língua de imprensa' do Estado, a partir da qual

Moçambique como Nação-Estado pode ser imaginado. Frise-se que com esta noção de uso e percepção sociais, não estamos a postular que o português é usado por todos os moçambicanos e, muito menos, que o seu uso não se correlaciona com práticas segmentarizantes e hegemonizantes (Myers-Scotton 1990). O que queremos dizer é que, apesar destas tendências segmentarizantes e hegemonizantes, o português, se não é aceite, pelo menos é reconhecido como uma língua oficial "natural". Para além disso, verifica-se que formas do português são parte integrante de algumas interacções sociais. principalmente nos centros urbanos, o que tem condicionado a incorporação de novos traços estruturais e simbólicos nesta língua. Assim, através destes traços, o português está num processo de endogenização, o que significa que esta língua poderá não ser tão intrusiva e exógena em algumas partes de Moçambique como muitos analistas da presença de línguas ex-coloniais em contextos pós-coloniais, nos querem fazer crer(10) (cf. Ngugi wa Thiongo 1987 [1981]).

Exemplos de traços estruturais que mostram a endogenização do português em Moçambique incluem, *inter alia*, o uso de novos padrões gramaticais (ex. erosão da distinção T/V através da neutralização da oposição entre "tu" e "você"), novo tipo de construções verbo/objecto(11) (ex. "assistir o vídeo", em vez de "ver o vídeo", "apanhar medicamentos", em vez de "encontrar medicamentos"), introdução de novas matizes semânticas em elementos lexicais já existentes na língua (ex. "tio" como forma de tratamento para qualquer pessoa

⁽⁹⁾ cf. O discurso de abertura do Primeiro Seminário sobre a padronização das Ortografias das Línguas Moçambicanas, pela então Ministro da Educação, Graça Machel.

⁽¹⁰⁾ Para os que possam questionar a nossa posição, podíamos apontar que este caso de endogenização é um fenómeno natural que não se circunscreve ao português em Moçambique, pois já foi atestado por estudos em outros contextos similares ao de Moçambique, tanto em África — por exemplo, é o caso do francês no Senegal (Irvine 1989:259), do inglês na Nigéria (Bamgbose 1982), do inglês no Quénia (Zuenglel 1982) — como em outras partes do mundo — por exemplo, é o caso do inglês na Índia (Kachru 1986), do inglês na Nova Zelândia (Bell 1982) ou do português no Brasil (Teyssier 1982; Koike 1992).

adulta), incorporação de novas expressões (ex. "nesta altura do campeonato", " como anima"), uso de empréstimos (ex. "navelar", "bizinisseiro"), inovações lexicais (ex. "confusionar"), ou emergência de novas estratégias retóricas (uso repetitivo de "portanto"). Que formas do português estão a assumir novas significações sócio-simbólicas pode ser mostrado, por exemplo, pela não marcação da escolha do português em situações comunicacionais que podem envolver pessoas com a mesma origem étnica, portanto, com a mesma LM ou pela manipulação de sotaques com a intenção de exibir diferentes significações sociais(12).

Obviamente que não se pode ter a visão estreita de que somente o português está em mudança. As LM são também parte desta mudança e, mais do que isso, as mudanças quer no português quer nas LM estão interligadas. O uso do português só pode ser entendido em harmonia com o uso das LM e vice-versa. De facto, gostarí amos de propor que os membros da sociedade moçambicana se relacionam com base num repertório linguístico que inclui variedades linguísticas que se estendem das LM ao português, que se interpenetram de diversas formas. Os efeitos desta interpenetração manifestam-se aos níveis gramatical, discursivo e simbólico, na forma como as pessoas transmitem e interpretam informação, codificam e descodificam pistas contextualizantes, julgam as intenções sociais e os objectivos em vista numa interacção, avaliam os seus interactantes, etc. (cf. Gumperz 1982). Estes repertórios não estão uniformemente distribuídos entre os moçambicanos, o que lhes dá a força para funcionarem como símbolos da diferenciação social, que os indivíduos podem manipular como na construção da sua personalidade social, em prossecução de diversos objectivos.

Dada a situação que acaba de ser descrita em relação às LM e ao português, uma política linguística em Moçambique não pode ser uma questão de se optar por aquelas ou por esta, mas sim a de se encontrar um mecanismo para todas estas línguas serem reconhecidas e aproveitadas para um bom funcionamento do país. Isto requer que se conceda a todas as línguas de Moçambique a legitimidade que merecem, de forma a potenciarem-se os seus valores instrumentais e sentimentais, tendo em conta, a necessidade de (um) meio(s) linguístico(s) que (1) actué(m) como um símbolo unificador poderoso que encoraje o envolvimento dos cidadãos no sistema nacional, (2) garanta(m) padrões de comunicação que possibilitam um funcionamento efectivo das instituições do Estado, e (3) assegure(m) igual acesso e oportunidade de participação de todos no sistema nacional (Kelman 1971). Só com o aproveitamento dos vários meios linguísticos em Moçambique é que se poderão atingir estes objectivos.

Assim, no nosso entender, uma política linguística para Moçambique deve criar as condições conducentes a um uso mais alargado do português e também à possibilidade do uso de LM em contextos institucionais, tais como educação formal, tribunais, aparelho administrativo ou comunicação de massas. A justificação para a proposta de um uso mais alargado do português não carece de mais explicações, atendendo ao que foi referido sobre a história do uso desta língua em Moçambique, antes e depois da independência. Podemos apenas acrescentar que a posição do português no mercado linguístico faz pressupor que muito provavelmente ele continuará a ser a língua mais apropriada aos contextos institucionais, o que só por si justifica a necessidade de medidas tendentes a alargar o seu

⁴⁰

⁽¹²⁾ Podemos ilustrar este ponto com as anedotas sobre falantes de português com influência de Emakhuwa ou Gitonga ouvidas frequentemente em Maputo, que adquirem o seu sentido a partir das percepções sociais que se tem dos falantes destas línguas.

conhecimento entre a população. O sistema escolar, sendo um grande agente na produção, reprodução e recepção de práticas linguísticas (cf. Bourdieu 1977: 652–3) será um factor—chave neste processo(13).

Tomando em consideração que as condições conducentes ao conhecimento do português não estarão disponíveis à todos os moçambicanos e que, de facto, um número significativo dos moçambicanos continuará a usar no seu quotidiano as LM, não nos parece muito racional condicionar o acesso e participação em instituições nacionais ao conhecimento do português. Deste modo, propomos que os moçambicanos também tenham a possibilidade de usar as LM em contextos institucionais, sempre que o português constitua uma barreira. Perspectivamos o uso das LM em contextos como educação formal, por exemplo nos primeiros anos de escolaridade(14), na administração, por exemplo para feitura de requerimentos, petições ou publicação de informação oficiais nos tribunais, em actividades económicas, por exemplo em anúncios publicitários, em campanhas de saúde nas áreas rurais, etc.

A forma exacta de pôr em prática esta proposta dependerá das condições de cada local. Obviamente, esta política deve garantir uma maior participação das pessoas no sistema estatal e nacional sem, contudo, torná—lo confuso. O conhecimento eficaz das condições de cada local— seja ele uma província, distrito ou localidade — deve ser, pois, uma das pré—condições para a determinação da viabilidade do uso da LM escolhida para qualquer tipo de actividade.

Por outro lado, o uso das LM requererá

que um enorme esforço ao nível do "corpus' language planning" seja feito para tomar as várias LM "usáveis". Até ao momento, muitas LM não foram ainda sujeitas a um adequado tratamento linguístico, de tal modo que lhes faltam gramáticas descritivas e de referência, dicionários, análises dialectológicas, sistemas ortográficos eficientes, etc., um "estado de coisas" que muito decisivamente limita a política proposta.

3. Conclusão

Tendo como ponto de partida o debate sobre a questão linguística nos países africanos pós-coloniais, tecemos considerações à volta da situação de Moçambique. Depois de apresentar um panorama da situação linguística, abordámos questões relativas à definição de uma política linguística para este país. Defendemos uma politica que mantenha um equilíbrio entre as línguas de Moçambique usadas dentro do território nacional, através da sua equiparação ao nível estatutário, embora o português deva também ser considerado como a língua oficial principal do país. Propusemos também que as LM deviam ter acesso a contextos institucionais.

⁽¹³⁾ Um outro factor-chave é a preparação de um inquérito linguístico do português usado em Moçambique, o que daria indicações das formas que importa disseminar bem como dos procedimentos a seguir. A importância deste ponto pode ser vista se se assumir, como já argumentámos, que o português está em mudança — está a endogenizar-se, como afirmámos — o que, inevitalmenle, afecta os padrões linguísticos. Como consequência, poderá ser necessário estabelecer-se novos padrões, novas gramáticas de referência, novas estratégias pedagógicas, etc., o que só pode ser alcançado depois do inquérito linguístico a que fizemos referência.

⁽¹⁴⁾ Se tal for recomendável. Contrariamente ao que tem sido amplamente aceite, em seguimento da resolução da UNESCO de 1951 (UNESCO 1953), sabemos que a literatura mais recente tem colocado algumas dúvidas sobre a validade universal do pressuposto de que as crianças devem ser ensinadas na sua língua materna (Dutcher 1982).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict (1991[1983]). Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso.
- BAMGBOSE, Ayo (1982). "Standard Nigerian English: Issues of Identification". In: Kachru (ed.). *The Other Tongue*. Urbana, Champaign: University of Illionois Press, pp. 99-111.
- BELL, Alan (1982). "This Isn't the BBC: Colonialism in New Zealand English". In: *Applied Linguistics* 3 (3), pp. 246–258.
- BOURDIEU, P. (1977) "The Economics of Linguistics Exchange". In: Social Science Information 16. 6, pp. 645–668.
- BROWN, R. & A. GILMAN (1960). "The Pronouns of Power and Solidarity". In: Sebeok, T. A. (ed.). *Style in Language*. New York: John Wiley.
- CALVET, L.-J. (1987). La Guerre des Langues et Les Politiques Linguistiques. Paris: Payot.
- DUTCHER, N. (1982). "The Use of First and Second Languages in Primary Education: Selected Case Studies". World Bank Staff Working Paper No. 504. Washington: The World Bank.
- FERGUSON, C. (1972[1959]). "Diglossia". In: Giglioli, P. P.(ed), *Language and Social Context*. Harmondsworth: Penguin Books, pp. 232–251.
- FIRMINO, G. (1987). "Alguns Problemas sobre a Normatização do Português em Moçambique". In: *Limani* 3, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Letras Modernas, pp. 11–25.
- FIRMINO, G. & A. NGUNGA (1989). Alguns Dados sobre a Situação Linguística de Moçambique: Elementos para uma Viabilização da Optimização do Uso das Línguas Moçambicanas. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras (ms.)
- FISHMAN, J. (1971). Sociolinguistics: A Brief Introduction. Rowley: Newbury House.
- (1972 [1969]). "National Languages and Languages of Wider Comunication". In:

- Language in Sociocultural Change. Stanford, CA.: Stanford University Press, pp. 191–22.
- GUMPERZ, J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1988 [1972]). 'An introduction". In: Gumperz, J. & D. Hymes (eds.) *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Comunication*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 1–25.
- HEINE, B. (1990). "Language Policy in Africa". In: Weinstein, B. (ed.) Language Policy and Political Development. New Jersey: Ablex Publishing Corporation.
- IRVINE, J. (1989) "When Talk Isn't Cheap: Language and Political Economy". In: American Ethnologist 16. 2, pp. 773–790.
- KACHRU, Braj (1982). *The Other Tongue:* English Across Cultures. Urbana, Champaign: University of Illinois Press.
- (1986). The Alchemy of English: The Spread, Functions and Models of Nonnative Englishes. Oxford: Pergamon Press.
- KATUPHA, J. M. M. (1985). "O Panorama Linguístico de Moçambique e a Contribuição da Linguística na Definição de uma Política Linguística Apropriada". Comunicação Apresentada no I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.
- KELMAN, Herbert C.(1971). "Language as and Aid and Barrier to Involvement in the National System". In: Rubin & Jemudd (eds.) *Can language Be Planned?*. Hawai: The University Press of Hawaii.
- KOIKE, D. A.(1992). Language and Social Relationship in Brazilian Portuguese. Austin, Texas: University of Texas Press.
- LANHAM, L W. & C. A. MACDONALD (1979). The Standard in South African English and its Social History. Heidelberg: Groos.
- LOPES, Armando Jorge (1993). "The Age of Re-discovery: the Portuguese Language in Mozambique". Comunicação apresentada no XVI Symposium on Portuguese Traditions: Portugal & The Age of Discovery. University of California at Los Angeles (UCLA), April 24–25, 1993.

- MATSINHE, Sozinho (1992). The Use of African Languages as Medium of Instruction in Mozambique: Problems and Possibilities. University of Pretoria, Dept. of African Languages (ms.)
- MAZRUI,. A. & M. TIDY (1984). *Nationalism* and *New States in Africa*. London: Heinemann
- MEC (Ministério da Educação e Cultura) (1979a). 1º Seminário Nacional sobre Ensino da Língua Portguesa: Discurso de Abertura. Maputo: Ministério da Educação e Cultura.
- (1979b). 1º Seminário Nacional sobre Ensino da Língua Portuguesa: Comunicado Final. Maputo: Ministério da Eduacação e Cultura.
- MEC-Gabinete do Secretário de Estado da Cultura (1983). Contribuição para a Definição de uma Política Linguística na República Popular de Moçambique. Maputo: Secretaria de Estado da Cultura.
- MESTHRIEB Rajend (1993). English in Language Shift. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- MINED (Ministério da Educação) (1986). *Atlas Geográfico*. Estocolmo: Esselte Map Service.
- Ministério da Cultura (1988). *Memorando sobre* as Línguas Nacionais Moçambicanas. Maputo: Ministério da Cultura.
- MYERS–SCOTTON, C. (1990). "Elite Closure as Boundary Maintenance: The Case of Africa". In: Weinstein, B. (ed.). *Language Policy and Political Development*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, pp. 25–42.
- NGUGI WA THIONGO (1987[1981]). Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature. Harare: Zimbabwe Publishing House.
- I. NIACHUNGO & A. NGUNGA (1991).

 "Investigação Linguística para a Educação:
 Resultados Preliminares do Projecto de
 Avaliação do Livro Escolar". Comunicação
 Apresentada ao Seminário sobre Investigação Educacional. INDE (Instituto de
 Desenvolvimento da Educação), Maputo.

- Identification. Opening Addressing delivered before a Seminar on Mass Media and Linguistic Communications in East Africa". In: *East Africa Journal*, vol. IV, no. 2, Nairobi: The East African Institute of Social and Cultural Affairs, pp. 3–7.
- TEYSSIER, Paul (1982). História da Língua Portuguesa. Lisboa: Sá da Costa.
- UNESCO (1953). The Use of Vernacular Languages in Education. Paris: Unesco.
- Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Letras (1983). *Proposta sobre a Participação* da U. E. M. na Promoção das Línguas de Moçambique. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras (ms.).
- ZUENGLER, J. E. (1982). "Kenyan English". In: Kachru (ed.). *The Other Tongue*. Urbana, Champaign: University of Illinois Press, pp. 113–123.